

18 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA TJ anula leis de Londrina sobre cassação de prefeito

Decisão foi provocada por
ADI movida por aliado de
Barbosa Neto, que perdeu o
mandato em julho de 2012

Loriane Comeli
Reportagem Local

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná considerou inconstitucional os artigos 25, parágrafo 4º, e 53 da Lei Orgânica do Município de Londrina (LOM), o artigo 254 do Regimento Interno da Câmara Municipal e os artigos 16 e de 24 a 35 do Código de Ética e Decoro Parlamentar que tratam da cassação de mandato de prefeito. Todos os dispositivos devem ser revogados e, caso seja necessário, o Legislativo deve usar o Decreto Lei (DL) 201/67, que dispõe sobre crimes de responsabilidade do prefeito.

A decisão foi proferida, por unanimidade, em sessão na tarde de ontem em ação direta de inconstitucionalidade (ADI) movida em outubro do ano passado pelo deputado estadual Fernando Scanavacca, líder do PDT na Assembleia Legislativa, com objetivo de beneficiar o ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto

(PDT), cassado em julho de 2012. Caso a cassação seja anulada, o político retomaria os direitos políticos, suspensos por oito anos em razão da decisão da Câmara.

Porém, por maioria, os desembargadores aplicaram um dispositivo chamado “modulação dos efeitos da sentença”, determinando que a inconstitucionalidade das leis municipais não tenha efeito retroativo. “Essa decisão de modulação dos efeitos foi fruto de um pedido subsidiário da Procuradoria Jurídica da Câmara para garantir a segurança jurídica porque a lei não era considerada inconstitucional quando houve as cassações”, disse o procurador da CML, Jordan Rogatte de Moura, referindo-se também à cassação de Antonio Belinati, em junho de 2000, com base nas mesmas leis que foram usadas no processo contra o pedetista.

Por isso, para ele, os efeitos da cassação permanecem. Ou seja, Barbosa continua

com os direitos políticos suspensos. “Se a cassação foi preservada, os efeitos dela, que são decorrentes da Lei das Inelegibilidades, permanecem”, avaliou Moura.

Para o advogado de Scanavacca, Nildo José Lubke, mesmo com a modulação dos efeitos, Barbosa não fica impedido de “buscar seus direitos”. “O Tribunal de Justiça reconheceu direitos ao ex-prefeito que agora pode ir novamente ao Judiciário e, por meio de uma ação ordinária, ingressar com pedido de nulidade, sabendo-se agora que o TJ considerou as leis inconstitucionais”, declarou.

Lubke lembrou que a LOM, o Regimento Interno e o Código de Ética eram mais restritivos à defesa do que o próprio DL 201, “da época da ditadura”.

CONTINUA

18 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Um dos dispositivos permitia à defesa uma hora para suas considerações. O DL prevê duas horas. Outro problema é que a legislação municipal permite que a denúncia seja feita por partido político (o que ocorreu no caso de Barbosa) enquanto o DL restringe esta possibilidade a eleitor no gozo dos direitos políticos. “Isso dava menos chance de defesa. É uma grande vitória porque ficou demonstrado que as leis eram inconstitucionais”, pontuou Lubke.

As leis consideradas inconstitucionais devem ter sua eficácia suspensa por ato da presidência da Mesa. “Isso ocorre após o trânsito em julgado”, disse Moura, acrescentando que ainda pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

18 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Deputados iniciam análise sobre ação penal contra governador

STJ aguarda autorização do Legislativo há três anos; reunião na AL foi a portas fechadas

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná começou a analisar ontem, em sessão extraordinária secreta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o pedido de licença para processar o governador do Estado, Beto Richa (PSDB), na Ação Penal (AP) 687, que tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Um pedido de vista do líder do PT, Tadeu Veneri, ao parecer do líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), relator da matéria na CCJ e contrário ao andamento da AP, porém, adiou a votação. Com isso, nova reunião, também a portas fechadas, deve ocorrer às 13h30 de hoje.

A solicitação para que a votação fosse secreta foi do deputado Pedro Lupion (DEM), que alegou se tratar de um processo em segredo de justiça. Por esse motivo, nem ele nem Traiano quiseram comentar as discussões. A denúncia, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF), diz respeito ao período de 14 de novembro de 2006 a 31 de dezembro de 2008, quando Beto era pre-

feito de Curitiba. Conforme consta nos autos, o órgão quer apurar se ele empregou recursos públicos recebidos do Fundo Nacional de Saúde mediante um convênio, no valor de R\$ 100 mil, em desacordo com os planos a que se destinavam.

Como o processo foi aberto em 2011, um ano depois de o tucano se tornar governador, conseguindo assim foro privilegiado, a continuidade do caso no STJ depende da aprovação da licença prévia, por dois terços dos membros da AL. Em 2011 e 2012, o STJ encaminhou dois ofícios ao Legislativo, pedindo que a Casa se manifestasse a respeito, no entanto, nenhum deles chegou a ser levado a plenário.

Em entrevista à FOLHA logo após as eleições de outubro, o governador reeleito disse que a verba seria empregada na reforma de uma unidade de saúde. "Nós devolvemos o dinheiro, não foi usado, porque resolvemos mudar a obra". Ele falou ainda que faz questão de que o processo seja julgado o quanto antes, "para que não haja mais exploração negativa".

18 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Militão

Sérgio Moro e os maringenses

É voz corrente em diversos lugares de Maringá que o juiz Sérgio Fernando Moro, que comanda a Operação Lava Jato, e que nasceu naquela cidade, deveria ser homenageado pelos maringenses. Na UEM, estudantes de Direito gostariam que ele fosse convidado para ser o patrono geral da turma. O que se fala entre os rotarianos da cidade canção é que o juiz federal Sérgio Moro é um belo exemplo para todos os brasileiros, mas principalmente para todos os juizes, estudantes de Direito, alunos da Escola da Magistratura e futuros juizes do Brasil!

INFORME

Cidadão benemérito

O primeiro secretário da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Plauto Miró (DEM), sugeriu ontem a concessão do título de cidadão benemérito do Estado ao juiz federal Sérgio Moro, responsável pelo processo da operação Lava Jato. Porém, como o DEM já atingiu o número máximo de apresentações desse tipo de reconhecimento, que é de quatro a cada dois anos, coube ao líder do PT, Tadeu Veneri, ceder parte da cota do partido ao DEM.

Aplausos

Nascido em Maringá, Moro é professor da UFPR e juiz federal há 18 anos. "Um homem corajoso e incorruptível", disse Plauto. "Como deputado de sete legislaturas apresentei poucos títulos. Hoje (ontem) o fiz com a consciência de que o Paraná precisa dizer ao Brasil que não quer corrupção e aplaude e apoia quem a combate", discursou.

Moral?

OPINIÃO DO LEITOR

Muitos têm criticado a Justiça no caso da agente de trânsito do Rio de Janeiro que foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 5 mil a um juiz, flagrado em uma infração de trânsito. Vejo esse assunto sob outra ótica: entendo que houve justiça para a autoridade que adora dar uma "carteirada" para prevalecer sua condição de juiz, pois R\$ 5 mil nada mais são do que o valor que recebe como auxílio moradia em um mês (diga-se de passagem, uma imoralidade). A Justiça decidiu que esse juiz não tem tanta moral assim, eu ficaria envergonhado de receber tão pouco.

ANTONIO BENEDITO ALMEIDA CAMARGO (engenheiro agrônomo) – Cornélio Procópio

18 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

SÔNIA MEDEIROS

Pelo fim da violência contra a mulher

“No mundo inteiro, os movimentos sociais e instituições de defesa dos direitos da mulher organizam atividades educativas e de sensibilização para chamar a atenção das pessoas para o drama da violência contra a mulher e despertar para a mudança de comportamento.”

A violência contra a mulher, um dos mais abomináveis crimes da humanidade, leva o mundo a se manifestar, por meio de várias datas significativas, por meio de ações de mobilização e esclarecimento sobre ações praticadas contra a mulher.

Nessa luta são utilizadas campanhas, movimentos, articulações de mulheres feministas e de direitos humanos, de políticas públicas, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da sociedade civil organizada, além de parcerias em redes.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada quatro mulheres é vítima de abusos sexuais por seu parceiro. E quase metade das que morrem por homicídio é assassinada por seus parceiros atuais ou anteriores.

Assim, é preciso que a sociedade esteja mobilizada para lutar contra essas práticas.

Os 16 dias de ativismo que, em 159 países, começam no dia 25 de novembro. A data marcou o 1º Encontro Feminista da América Latina e Caribe, organizado em Bogotá em 1981, quando houve denúncia sistemática de violência de gênero, desde os castigos domésticos, as violações e torturas sexuais, o estupro, o assédio sexual, a violência pelo governo, incluindo tortura e abuso de mulheres prisioneiras. Em 1999, as Nações Unidas reconheceram esse dia de luta.

No Brasil a campanha é iniciada em 20 de novembro, no Dia Nacional da Consciência Negra, a qual se remete à inserção do negro na sociedade brasileira e sua luta contra a escravidão, uma homenagem ao dia do assassinato de

Zumbi dos Palmares, ícone da resistência negra ao escravismo e da luta pela liberdade.

As mulheres negras são as principais vítimas da violência de gênero e esse dia marca a dupla discriminação de gênero e a racial sofrida pelas mulheres negras: pelo reconhecimento da opressão e discriminação históricas contra a população negra.

Em 1º de dezembro, no Dia Mundial de Combate à Aids, o objetivo é encorajar e receber apoio público no desenvolvimento de programas para prevenir o contágio e a disseminação da infecção do HIV. O número de mulheres contaminadas pelo vírus cresce rapidamente inclusive como consequência de violência sexual.

Em Londrina, o foco da campanha lançada ontem é a possível quebra de paradigmas sobre a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher: pelo fim da violência.

Nós, da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, nos manifestamos totalmente contra essa barbárie que ainda assola um número significativo de lares, destruindo relações entre o homem e

a mulher e, por consequência, resulta em filhos desestruturados que reproduzem essas ações ao longo de suas vidas. Recebemos, pelos jornais, revistas, televisão, etc., notícias terríveis sobre espancamento e assassinatos, violências que ocorrem no meio familiar e que deixam feridas terríveis no corpo e na alma da mulher. Elas sofrem caladas, com medo e receio de denunciarem seus parceiros. Por questões como culpa, vergonha, baixa autoestima, situação econômica, filhos e outras mais, elas preferem calar suas vozes. Seja você uma mulher resiliente contra a violência.

SONIA MEDEIROS

é secretária Municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina

66

*É preciso que a
sociedade esteja
mobilizada para
lutar contra
essas práticas*

18 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Ativismo pelo fim da violência

Campanha lançada ontem tem objetivo de discutir e combater a violência contra as mulheres

Vitor Ogawa
Reportagem Local

° Londrina - As relações desiguais entre os gêneros, que acontecem por discriminação e preconceito arraigados em uma sociedade patriarcal, acabam gerando muita violência contra as mulheres, seja ela física, sexual ou moral.

Para combater essa violência foi lançando ontem em Londrina a campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres"

Segundo Elaine Galvão, socióloga da Secretaria Municipal de Política para as Mulheres, a campanha ajuda a discutir a violência de gênero, sexual, étnico-racial, contra as minorias de um modo geral. "Em Londrina temos um trabalho em rede, pelo qual são articulados vários projetos, porque o combate à violência contra a mulher envolve não só a punição, mas também a atenção e o cuidado com as vítimas", destacou. "Os casos de violência sexual acabam naturalizando a mulher como objeto sexual, mas para a gente mudar não basta oferecer um serviço de atendimento às vítimas, mas há a questão cultural. Essa campanha dá visibilidade sobre a

responsabilidade dos homens no combate a esse problema."

A socióloga explicou que o problema é histórico e cultural de uma sociedade patriarcal, na qual o homem acredita que tem poder e autoridade sobre as mulheres. "Essa ideia foi construída ao longo de séculos e só recentemente temos conseguido uma legislação que visa equiparar o poder da mulher

a o homem. Ainda hoje vemos notícias de violência sexual em trote de calouros, e isso

precisa ser combatido por vários meios. Muitas vezes as próprias instituições acabam se omitindo sobre isso. É preciso que essas violências sejam combatidas de forma mais efetiva em todos os espaços que elas acontecem", afirmou.

REGISTROS

A psicóloga e gerente do Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CAM), Patrícia Raboni, destacou que os números da violência são altos em Londrina. De janeiro a outubro deste ano foram acolhidos 201 casos novos e 30 casos recorrentes, além de 177 buscas ativas (orientações por telefone, atendi-

Centro já realizou 42 mil atendimentos

mento de denúncias, ficha sinan). No Abrigo Canto de Dália foram atendidas 37 mulheres e 48 crianças e 6 adolescentes. Os setores de Psicologia e Serviço Social atenderam respectivamente 928 e 4.128 casos.

No ano passado, de janeiro a dezembro, foram acolhidos 163 casos novos e 42 recorrentes. No abrigo foram atendidos 38 mulheres, 50 crianças e 6 adolescentes. O Serviço Social atendeu 5.010 pessoas e o de Psicologia atendeu 1.070 mulheres. Desde sua inauguração em 1993 até outubro de 2014 o CAM já realizou aproximadamente 4 mil atendimentos.

CONTINUA

18 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

'Há uma naturalização dessas agressões'

Londrina - A campanha "16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher" começou em 1991, quando mulheres de diferentes países promoveram um debate e denunciaram as várias formas de violência. O período escolhido se inicia no dia 25 de novembro - Dia Internacional de Não Violência Contra as Mulheres - e termina em 10 de dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos. Porém, segundo a secretária municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina, Sônia Medeiros, no Brasil o período da campanha foi estendido. "Nós

incluímos o dia 20 de novembro, que é o Dia da Consciência Negra, porque as mulheres negras sofrem diferentes formas de violência e em grande quantidade. As mulheres precisam denunciar essas agressões. Temos que dar um basta nisso". As denúncias podem ser feitas pelo telefone 180 ou no Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CAM) - 3341-0024.

A socióloga Elaine Galvão, da secretaria municipal, destacou que um dos aspectos da sociedade atual é a culpabilização da mulher. "É comum a mulher ser julgada porque estava na festa, porque bebeu, porque estava com deter-

minada roupa. Há uma naturalização dessas agressões. Deveria ser o contrário. Nenhum homem tem o direito de violar os direitos das mulheres, independentemente da situação em que ela se encontra."

A atriz Elaine Pelegrini, que participou da peça

"Ponto de Partida: Pessoas em situação de rua" durante a cerimônia de lançamento da campanha,

explicou que as mulheres em situação de rua estão mais vulneráveis que as demais. "Muitas vezes a população de rua é ignorada pela sociedade e nós temos um olhar crítico negativamente sobre isso." A peça foi encenada pelo grupo da Funcart. (V.O.)

Um dos aspectos é a culpabilização da mulher

18 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DOS LEITORES

NO MURO DO TJ, RISCO DE MORTES

Caro jornalista:

Um muro do estacionamento do Tribunal da Justiça está quase desabando sobre a calçada, exatamente na esquina da Rua Mauá com Rua Euzébio da Motta. Esse estacionamento abrange o quarteirão inteiro que outrora pertenceu à fábrica dos Pianos Essenfelder, comprado neste ano pelo TJ. Há risco de morte de transeuntes por esmagamento. A rachadura surgiu há uns dois ou três meses no alto muro, e agora encontra-se em rápido processo de alargamento desde a calçada ao topo. Pelo lado da Rua Mauá, já se nota a inclinação do muro. Reclamei ao próprio TJ e à Prefeitura, mas até agora nenhuma providência foi tomada. Assim, fiz um filminho de um minuto, e algumas fotografias, e encaminhei tudo à RPC TV, na esperança de que o programa Paraná TV faça a denúncia e apresse a interdição daquela parte da calçada e o conserto do muro. Mas os dias estão passando muito depressa sem que nada seja feito.

NO MURO DO TJ (2)

Uma funcionária do TJ, que não quero identificar, escreveu sobre o assunto: "Ah, é lá na Mauá. Mas eu acho que pra arrumar tem que fazer uma licitação, porque tudo precisa de uma e assim as coisas demoram mais. O muro vai cair e a licitação nem começou". Eu tenho a esperança de que a RPC TV faça a denúncia, porque o assunto é de segurança pública, e a emissora tem uma força imensa para apressar a solução a problemas dessa natureza. Se o muro dá mostras de que irá desabar, temos que alertar as autoridades desse perigo. Foi então que, nesta tarde, resolvi enviar-lhe, em anexo, o filme de 24MB, de apenas um minuto, e de anexar também algumas fotografias que tirei, só para o senhor ver que a situação é séria.

NO MURO DO TJ (3)

Como a sua coluna e o respectivo blog são muito lidos, fortes e poderosos, talvez possam ajudar a divulgar e assim sensibilizar os responsáveis: Prefeitura e Tribunal de Justiça. Antes de tudo, aquela área da calçada terá que ser interditada, e assim permanecer até que os consertos sejam feitos. E vamos torcer para que nenhuma tragédia ocorra antes disso. Mas não é só: as calçadas ao redor do terreno estão de dar pena principalmente das mulheres que transitam por ali usando seus sapatos de salto alto.

Espero que o filme e as três fotos cheguem ao seu computador. O senhor ficará escandalizado.

FRANCISCO SOUTO NETO,
Curitiba.

18 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz consegue 100% de acordos usando técnica alemã antes das sessões de conciliação

No interior da Bahia, um juiz tem conseguido evitar que conflitos familiares e pessoais transformem-se em processos judiciais com a utilização de uma técnica de psicologia antes das sessões de conciliação. Com ajuda da chamada Constelação Familiar, dinâmica criada pelo terapeuta, filósofo e psicólogo alemão Bert Hellinger, o magistrado Sami Storch conseguiu índice de acordo de 100% em processos judiciais onde as partes participaram do método terapêutico.

Durante a Semana Nacional da Conciliação deste ano, que ocorrerá entre os dias 24 e 28 de novembro em todo o país, já estão agendadas 29 audiências cujas partes participaram da vivência de Constelação Familiar. Para o magistrado, o método contribui fortemente para o fim do conflito impactando tanto os atores diretos quanto os envolvidos indiretamente na causa, como

filhos e família.

Neste ano, a técnica vem sendo direcionada aos adolescentes envolvidos em atos infracionais, processos de adoção e autores de violência doméstica. Na Vara Criminal e de Infância e Juventude de Amargosa, a 140 km de Salvador, onde atualmente o juiz Sami Storch dá expediente, o índice de reincidência desses jovens ainda não foi mensurado, mas o magistrado acredita que, se fosse medido, esse número seria com certeza menor.

“Um jovem atormentado por questões familiares pode tornar-se violento e agredir outras pessoas. Não adianta simplesmente encarcerar esse indivíduo problemático, pois se ele tiver filhos que, com as mesmas raízes familiares, apresentem os mesmos transtornos, o problema social persistirá e um processo judicial dificilmente resolve essa realidade complexa.

MP/PR – HOMEM É CONDENADO POR TENTATIVA DE HOMICÍDIO, EM EPISÓDIO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Tribunal do Júri de Umuarama (Noroeste do Estado) condenou um homem à pena de seis anos de reclusão, pelo crime de tentativa de homicídio qualificado, por motivo fútil. O agressor usou um punhal para tentar matar a ex-companheira, que se recusava a reatar o relacionamento com ele.

O Ministério Público da

comarca, autor da denúncia contra o réu, relata que o fato ocorreu na noite de 21 de abril de 2012. Na época, a mulher estava sob o amparo de medida protetiva concedida com base na Lei Maria da Penha. Mas o agressor descumpriu a medida, aproximou-se dela e a golpeou com punhal, logo após a vítima se recusar a conversar com ele.

18 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF4 – TRIBUNAL MANTÉM LIMINAR DETERMINANDO QUE A UNIÃO PAGUE CANABIDIOL A MENOR COM SÍNDROME DE RETT

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou, na última semana, recurso da União e manteve liminar que determina o fornecimento do medicamento Hemp Oil, feito de Canabidiol- CBD, a uma menor de Santa Catarina portadora de Síndrome de Rett. A decisão, em caráter liminar, é da juíza federal Salise Monteiro Sanhotene,

convocada no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A autora, hoje adolescente, é totalmente dependente para as atividades da vida diária. A mãe busca a canabidiol numa tentativa de diminuir suas crises epiléticas, que ocorrem, em média, três vezes ao dia, mesmo com a paciente usando três tipos de anticonvulsivantes.

TRF3 – CONFIRMADA VALIDADE DE NORMA QUE REGULAMEN TOU APRESENTAÇÃO DE DADOS DE PRODUTOS AGROTÓXICOS

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) negou provimento, por unanimidade, a uma apelação da Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas (AENDA) que tinha por objetivo isentar seus associados de cumprir o disposto no artigo 5º da Instrução Normativa Interministerial 49/02.

O artigo dispõe sobre a

obrigação de empresas que possuem produtos técnicos registrados a apresentar aos órgãos responsáveis pelos setores de agricultura, saúde e meio ambiente, no prazo de 90 dias a contar de sua publicação, os dados previstos no item 12 e subitens, do Anexo II, do Decreto 4.074, de 2002, ou seja, uma descrição detalhada das propriedades físico-químicas de seus produtos.

TRF1 – EMPRESA TERÁ QUE RESSARCIR AO INSS VALORES GASTOS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem legitimidade para ingressar com ação regressiva contra empregadores responsáveis por danos a seus empregados quando demonstrada conduta negligente. Com tal fundamento, a 6ª Turma do TRF da 1ª Região, nos termos do voto do relator, desembargador federal Kassio Nunes Marques, confirmou sentença de primeira instância que condenou uma empresa a ressarcir à autarquia todos os gastos relativos

à concessão do benefício previdenciário em favor de viúva de trabalhador, vítima de acidente de trabalho.

Na ação, o INSS alegou que a empresa ré foi culpada pelo acidente de trabalho que ocasionou a morte de seu funcionário, tendo em vista que este, ocupante da função de encarregado no setor de produção, operava uma empilhadeira no momento do acidente em terreno que não oferecia condições adequadas para o uso do equipamento.

18 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mantido arquivamento de processo sobre morte de filho de Flávio Dino

A Terceira Seção do STJ manteve decisão que arquivou o processo que apurava suposta imperícia profissional da médica e da enfermeira que atenderam Marcelo Dino, filho do governador eleito do Maranhão, Flávio Dino. Marcelo tinha 13 anos. Em fevereiro de 2012, ele deu entrada em um hospital de Brasília com uma crise de asma e morreu no dia seguinte de parada cardiorrespiratória.

O juiz de primeiro grau, considerando a divergência entre a posição do magistrado que o antecederam na condução do processo, uma vez que ele havia recebido a queixa-crime subsidiária da pública, e o seu entendimento concordando com o pedido de arquivamento do inquérito feito pelo promotor de justiça, determinou a remessa dos autos para apreciação do procurador-geral de Justiça, conforme previsto no artigo 28 do Código de Processo Penal.

18 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Assembleia decide se Beto pode ser julgado pelo STJ

Governador é acusado de uso indevido de recursos da saúde quando era prefeito. Maioria governista deve impedir processo

Chico Marés

▣ A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná analisa hoje se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode ou não julgar o governador Beto Richa (PSDB) por desvio de finalidade no uso de verbas da saúde quando ainda era prefeito de Curitiba. Serão votados dois relatórios: um deles, do líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), desautoriza o tribunal a julgar o governador. Outro, do líder do PT na Assembleia, Tadeu Veneri, considera o pedido constitucional. A decisão final sobre o assunto, entretanto, será do plenário da Assembleia em ambos os casos. A discussão será feita a portas fechadas, uma vez que o processo tramita em segredo de justiça.

“Não entendo por qual razão, mas ao invés de analisar a constitucionalidade do pedido, o deputado Traiano analisou o mérito.”

Tadeu Veneri líder do PT.

O governador do Paraná é alvo da Ação Penal 627, que tramita no STJ. Ele foi acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de desvio de finalidade no uso de R\$ 100 mil do Fundo Nacional de Saúde, quando ainda era prefeito de Curitiba. O caso ocorreu entre 2006 e 2008. A Constituição do Paraná exige autorização da Assembleia para que infrações penais contra o governador sejam julgadas. Em novembro de 2011, o STJ expediu ofício para o Legislativo solicitando a autorização. Desde então, o pedido está parado.

No final de setembro, a oposição solicitou ao presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), que a autorização fosse analisada. A proposta entrou em votação em uma sessão secreta da CCJ, na tarde de ontem. Traiano foi desig-

nado relator e apresentou um voto rejeitando a solicitação. Ele não quis adiantar o teor do relatório, alegando que o processo corre em segredo de justiça. “Apresentei meu voto, mas temos um entendimento de não vazar nenhuma informação sobre o processo”, afirmou. Veneri pediu vista, e adiantou que deve apresentar um voto em separado hoje, quando o processo retorna à pauta de votação.

Apesar de a CCJ ter a função de discutir a constitucionalidade das propostas apresentadas na Assembleia, o tucano disse que não votou pela inconstitucionalidade, e sim pelo mérito — sem explicar o porquê. “Isso [a constitucionalidade] não se discute, já que é uma medida proposta pelo STJ”, afirmou Ademar Traiano. “Não entendo por qual razão, mas ao invés de analisar a constitucionalidade do pedido, o deputado Traiano analisou o mérito”, criticou Tadeu Veneri.

CONTINUA

18 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Governistas

Pela composição da CCJ, formada majoritariamente por deputados da base de apoio do governo Richa, é mais provável que a autorização não seja aceita. Ainda assim, isso não significa o encerramento do trâmite do processo. Se o pedido for rejeitado, será necessário elaborar uma resolução, a ser votada em plenário, que não autoriza o STJ a processar Richa. O mesmo rito deve ser seguido caso prevaleça a tese de que o governador deve ser processado.

18 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Justiça aceita denúncia contra acusado por morte de amigo no bairro Bacacheri

Rodrigo Batista

A Justiça acatou no início de novembro a denúncia feita pelo Ministério Público do Paraná contra o jovem Mateus Franco da Luz, de 18 anos, acusado de matar o amigo Guilherme Toniolo, de 26, dentro de um apartamento no bairro Bacacheri, em Curitiba, em abril deste ano. Ele será julgado por homicídio simples, conforme a denúncia, mas deve responder ao julgamento em liberdade. O jovem chegou a ficar preso após o crime, mas foi solto no início de maio.

Toniolo foi morto a facadas na madrugada do dia 29 de abril quando estava na casa do amigo. Além dos dois, naquela madrugada, estavam no apartamento o pai do réu e um amigo dele. A polícia concluiu, com base no depoimento de Luz e de outras testemunhas, que o acusado agiu sozinho e que o crime foi motivado por uma discussão.

A briga teria começado na cozinha do apartamento, segundo o depoimento de Mateus Franco da Luz. No mesmo local, Toniolo foi golpeado cinco vezes com uma faca e morreu. De acordo com o delegado Rogério Martins, do 5.º Distrito Policial, o acusado teria confessado o crime. “O motivo foi uma briga entre os dois, mas ele [Mateus] disse não lembrar de tudo o que havia acontecido e não saber porque eles começaram a brigar”, diz o delegado.

O pai do jovem acusado — e o amigo que o acompanhava — teriam acordado com o barulho da briga dos dois jovens. Laudos do Instituto de Criminalística (IC) e do Instituto Médico Legal (IML) apontaram a inexistência de qualquer entorpecente no corpo da vítima ou de ingestão de álcool. Os laudos também descartaram que ele tivesse inalado odorizador de ar. Esta hipótese foi levantada à época do crime como um dos possíveis agravantes para a discussão entre os amigos.

Segundo o delegado, o acusado não realizou testes no IML ou no IC, mas disse, em depoimento, que teria ingerido álcool antes do crime.

A vítima e o acusado eram amigos desde janeiro deste ano e a aproximação dos dois ocorreu após um pedido da mãe de Luz, segundo conta a mãe de Toniolo, a psicóloga Márgara Rocha. O jovem assassinado, assim como sua família e a mãe do acusado, frequentavam a mesma igreja, o que motivou a aproximação, para que, conforme conta Márgara, o rapaz denunciado por homicídio se reaproximasse da religião.

Para a mãe, irmãs e pai da vítima, após seis meses o crime ainda causa espanto. “O Guilherme gostava realmente deles [a família de Luz], não existia rixa alguma. Foi um espanto acontecer dentro da residência deles. Não existia nada entre eles, ao menos do nosso conhecimento, que levasse a isso”, diz Márgara.

A família diz nunca ter notado qualquer alteração de humor ou indicio no comportamento do jovem acusado.

OUTRO LADO

Segundo o advogado de defesa de Mateus Franco da Luz, Alexandre Knopfholz, em juízo a principal questão que deve ser resolvida é em que circunstâncias ocorreu o assassinato de Guilherme Toniolo. “A responsabilidade e as causas ainda não estão bem esclarecidas: se foi no calor de uma discussão ou se ele (Mateus) reagiu a alguma atitude do amigo”, diz. Apesar do laudo do IML não ter encontrado álcool no corpo da vítima, o advogado acredita que ambos ingeriram bebidas na noite do crime. “Aparentemente eles estavam alcoolizados e o Mateus não nega isso, apesar de (ter optado por) não fazer exames que comprovem”, explica. O defensor informou ainda que Luz vive com os pais em São Paulo e comparece uma vez por mês em Curitiba para se apresentar em juízo, como condição para sua liberdade provisória.

CONTINUA

18 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DÚVIDAS

Família contesta parte da investigação e falta de socorro à vítima

Com o caso tramitando na Justiça, a família da vítima contesta partes da investigação feita pela Polícia Civil. Eles alegam que não ficou clara a responsabilidade pela morte de Guilherme Toniolo e que há indícios de manipulação da arma usada no crime, além de atraso no socorro dado à vítima.

Arma

Segundo a empresária Juliana Toniolo Cordeiro, 32 anos, irmã da vítima, a faca que teria sido usada no crime foi encontrada sem o cabo – somente com a lâmina. “É estranho em um apartamento de alto padrão existir uma faca só com a lâmina. (Isso) Dá a entender que houve uma mudança”, diz. A família ainda contesta o atendimento dado ao jovem após os golpes e diz que a forma como ele foi socorrido não foi esclarecida. “Nós fomos avisados da morte só no começo da manhã. O pior de tudo foi não terem levado para uma emergência, deixarem ele morrer assim dessa forma”, diz Juliana.

O delegado Rogério Martins preferiu não comentar a falta de um cabo na faca usada no crime, mas disse que a arma foi recolhida pelo Instituto de Criminalística e os laudos apontaram que ela foi usada pelo acusado para cometer o crime. “Os laudos também apontaram que houve luta corporal entre os dois antes da morte”.

O advogado Alexandre Knopfholz, que defende o acusado pelo homicídio, disse que o pai de Mateus Franco da Luz, assim que viu a situação, chamou o socorro do Siate para o atendimento da vítima e alega que não houve demora no seu atendimento.

18 NOV 2014

GAZETA DO POVO

PR gasta R\$ 17 mi/ano com presos de fora

São 737 detentos distantes da família, fator que pesa contra a ressocialização desses indivíduos e também trava o esvaziamento das carceragens em delegacias

Diego Ribeiro

O sistema penitenciário do Paraná abriga hoje 737 presos que têm famílias em outros estados. Além de terem o tratamento penal prejudicado, eles geram um problema aos cofres públicos. São mais de R\$ 17 milhões gastos anualmente com esses detentos. A Lei de Execução Penal (LEP) garante o direito de remoção ao detento, de acordo com o interesse dele ou da segurança pública. Além disso, o cumprimento da pena próximo à família está inserido no princípio de tratamento mais humano aos presos, prevista pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A mudança do preso para perto da família, com exceção para aqueles pertencentes a facções criminosas e violentos, é conveniente para todos os lados do imbróglio. Não bastasse isso, o estado do Paraná ainda mantém em penitenciárias estaduais 517 presos da Justiça Federal. Os gastos com esses detentos passam de R\$ 12,5 milhões anuais.

“A primeira questão é que eles estão em vagas que poderiam ser ocupadas por presos paranaenses que estão em delegacias de polícia [que hoje estão abrigando mais de 9 mil homens em todo o estado]. A segunda é que raramente eles recebem visitas de seus familiares, o que dificulta muito o seu processo de reinserção social”, afirmou a secretária estadual da Justiça e Cidadania, Maria Tereza Uille Gomes.

A distância desses detentos de suas famílias também é um problema para a estabilidade e a segurança dos presídios paranaenses. Desde dezembro do ano passado, o estado passou por uma onda de 23 rebeliões ou motins em suas unidades, grande parte motivada por desejos de transferência dos detentos para mais perto de suas famílias.

Como resposta mais dura a esses episódios, a Seju determinou, via resolução, em outubro, que a transferência de presos rebelados está proibida dentro do sistema penitenciário do estado.

O Comitê de Transferências de Presos, recentemente criado, deu um passo importante para mudar esse quadro. O membro do Conselho Nacional Penitenciário, advogado Dálio Zippin Filho disse que fará uma análise dos casos dos detentos de outros estados para agilizar as transferências deles para perto de suas famílias. Os casos dos presos estrangeiros também serão avaliados e levados ao Ministério da Justiça.

O órgão federal será responsável por interceder por uma deportação para que o preso cumpra pena em seu país de origem.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 NOV 2014

LONGE DA FAMÍLIA

Estado gasta mais de R\$ 17 milhões por ano com os detentos que deveriam cumprir pena perto da família.

PRESOS NO PARANÁ

	De outros estados com família no Paraná	Com família em outros estados
São Paulo	35	258
Santa Catarina	54	229
Rio Grande do Sul	8	68
Mato Grosso do Sul	11	64
Minas Gerais	2	33
Rio de Janeiro	1	16
Goiás	1	15
Bahia		8
Distrito Federal	2	8
Outros estados	7	36
TOTAL	121	737

Fonte: Seju. Infografia: Gazeta do Povo.

121 DETENTOS

que têm familiares no Paraná voltaram para o estado neste ano. Santa Catarina (SC), por exemplo, tem 229 detentos em presídios do Paraná. O Departamento de Administração Penitenciária (Deap) de Santa Catarina, por sua vez, diz que há 52 pessoas presas em Santa Catarina com processos correndo na Justiça paranaense. Transferências já teriam sido pedidas.

“Com alguns estados a relação flui melhor, de maneira mais rápida; com outros, a situação é mais morosa.”

Maria Tereza Uille Gomes, secretária estadual da Justiça e Cidadania.

Só força-tarefa pode mudar esse quadro, diz secretária

O maior obstáculo para resolver a questão de transferência dos presos é a falta de articulação entre os estados e os tribunais de Justiça do país. Na avaliação da secretária estadual da Justiça e Cidadania, Maria Tereza Uille Gomes, é necessária uma força-tarefa nacional para agilizar os processos de traslado dos detentos. “Com alguns estados a relação flui melhor, de maneira mais rápida; com outros, a situação é mais mo-

rosa”, reclama. Segundo ela, por todo processo depender de uma relação que envolve todos os estados, o Ministério da Justiça poderia assumir essa negociação.

Para Maria Tereza, os 517 presos de responsabilidade do governo federal poderiam até permanecer nas unidades estaduais, desde que a União fizesse um repasse equivalente ao gasto que eles acarretam. Segundo ela, cada preso custa R\$ 2 mil por mês ao Paraná. “Poderia ser um repasse automático fundo a fundo, como acontece na área da saúde, com o SUS, ou seja, repasse de recurso do Fundo Penitenciário Nacional para o Fundo Penitenciário do Estado”, sugere.

A especialista em Direito Criminal e membro da Comissão de Estabelecimentos Penais da OAB-PR, Elizabete Subtil de Oliveira, critica a falta de integração entre estados. “Existe uma espécie de conveniência com a troca entre os estados e não implica em ilegalidade”, disse ela, lembrando o fato de o Paraná também ter muitos presos espalhados pelo Brasil. Na avaliação dela, a distância da família acaba prejudicando a reinserção do detento na sociedade após o cumprimento de pena. “Falta também interesse dos estados. Durante anos e anos ninguém se voltou para o problema. Sem planejamento, não tem como. É uma questão de gestão”, comenta. (DR)

18 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Juiz da Lei Seca ganha nova ação

RIO DE JANEIRO
Agência O Globo

Depois de vencer em duas instâncias no processo que move contra a fiscal de trânsito Luciana Silva Tamburini, a quem deu voz de prisão por ela ter dito que ele “não é Deus”, o juiz João Carlos de Souza Correa obteve nova vitória na Justiça — desta vez contra o jornal *O Globo*. No caso de Tamburini, que mandou rebocar o carro do juiz que estava sem carteira de habilitação e com veículo sem placas, a indenização obtida foi de R\$ 5 mil.

Já o jornal *O Globo* foi condenado pela juíza Lindalva Soares Silva, da 11.ª Vara Cível do Rio, a pagar R\$ 18 mil por ter publicado em sua capa de 17 de fevereiro de 2011 que Correa dera voz de prisão a funcionários da empresa Ampla que foram à casa dele cortar o fornecimento de energia por falta de pagamento. O juiz pleiteava R\$ 100 mil. Cabe recurso da decisão.

A matéria de 2011 se referia a fatos de 2006 e foram divulgados no contexto de outras confusões em que o juiz teve participação, como o uso irregular de giroscópio (sinalizador luminoso) no veículo que dirigia (em 2009), e desentendimentos com turistas em Búzios, onde Correa atuava (2011). Segundo a juíza, a linguagem adotada pelo jornal

na capa não havia sido adequada. A chamada de primeira página dizia “Juiz dá calote e tenta prender cobrador”.

Na sexta-feira, a OAB-RJ pediu o afastamento de Correa, em petição ao Conselho Nacional de Justiça e ao Tribunal de Justiça. Em resposta, a Associação dos Magistrados Brasileiros emitiu nota: “É lamentável que a OAB tente explorar uma conduta isolada, que compõe um processo ainda em andamento na Justiça, para promover o linchamento moral dos magistrados, atitude que em nada contribui para o aprimoramento do Judiciário Brasileiro”.

18 NOV 2014

GAZETA DO POVO
» CONEXÃO TUCANA

Advogado de Youssef vazou delação, diz procurador-geral

Laura Beal Bordin

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que o advogado do doleiro Alberto Youssef, Antonio Figueiredo Basto, teria envolvimento com o PSDB do Paraná e seria responsável pelo vazamento seletivo de informações sobre o conteúdo da delação de seu cliente. O advogado foi membro do Conselho de Administração da Sanepar por indicação do governador Beto Richa (PSDB). A afirmação de Janot foi feita em entrevista publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

“Era visível que queriam interferir no processo eleitoral”, disse. “O advogado operava para o PSDB do Paraná, foi indicado por Beto Richa para a coisa de saneamento [Sanepar], tinha vinculação com o partido”, afirmou o procurador.

Richa nega

Em nota, o governador Beto Richa negou que o advogado trabalhe para o PSDB no Paraná, e informou que o Basto foi membro do Conselho administrativo da Sanepar de 4 de janeiro de 2011 a 25 de abril de 2012 — antes do início da Operação Lava Jato, iniciada em março deste ano. O advogado apresentou carta de desligamento por motivos particulares. O procurador do estado Júlio César Zem Cardozo foi quem ocupou a vaga no lugar de Basto. Procurado pela reportagem, o advogado não atendeu às ligações.

18 NOV 2014

GAZETA DO POVO

MP da Itália pede volta de Pizzolato à prisão

O Ministério Público da Itália pediu a volta do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato à prisão alegando que existe "risco de fuga" permanente por causa do seu histórico. O pedido de prisão faz parte do recurso apresentado ontem pela promotoria italiana, que tenta reverter a decisão da Corte de Bolonha de negar a extradição do brasileiro, condenado por envolvimento no mensalão. O Brasil deve apresentar hoje seu recurso à Justiça italiana.

No recurso, o MP italiano pede a revogação da decisão da Corte de Bolonha de deixar Pizzolato livre e quer que, até o final do processo em última instância em Roma, ele permaneça na prisão. Existiria, para o MP, o "risco fortíssimo e concreto de fuga" por seu histórico.

O MP italiano também alegou que os juízes não podem generalizar a situação das prisões brasileiras e insistiu que outros condenados no caso do mensalão foram colocados no Complexo da Papuda, em Brasília, onde Pizzolato deve cumprir sua pena no Brasil, sem riscos para suas vidas. Para a procuradoria, a conclusão do Tribunal é "genérica e certamente insuficiente".

O MP ainda aponta que não existem provas de que os homicídios na Papuda ocorreram nos locais para onde Pizzolato seria mandado, um dos argumentos apresentados pelos advogados do brasileiro e aceito pelos juízes de Bolonha.

O ex-diretor do Banco do Brasil foi condenado a 12 anos e 7 meses de prisão no processo do mensalão. Em outubro de 2013, ele fugiu para a Itália com um passaporte falso de um irmão morto há mais de 30 anos. Foi preso em fevereiro deste ano, na casa de um sobrinho na cidade de Maranello.

Presidente da OAB-PR defende funcionários presos da OAS

O advogado Juliano Breda, que é o atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), assumiu a defesa de cinco funcionários da empreiteira OAS presos durante a nova fase da Operação Lava Jato, deflagrada na sexta-feira. Os cinco estão presos na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Breda tentou nos últimos dias dois recursos para tentar libertar seus clientes por meio de habeas corpus, mas os pedidos foram rejeitados pela Justiça Federal.

MP recorre para Mendes não analisar

contas de Dilma

O Ministério Público Eleitoral apresentou ontem recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a decisão do presidente da corte, ministro Dias Toffoli, de redistribuir para o ministro Gilmar Mendes o processo de prestação de contas da campanha da presidente Dilma Rousseff. O pedido leva a assinatura do vice-procurador-geral Eugênio Aragão, que também questionou a escolha de Mendes para relatar as contas da direção nacional do PT.

Quando foi aberto, no mês de agosto, o processo foi encaminhado ao ministro Henrique Neves. O mandato dele terminou na última quinta-feira. Como a presidente Dilma está em viagem ao exterior, não ficou decidido se Neves continuaria no tribunal, ou se seria escolhido um novo ministro. Toffoli determinou a redistribuição do processo na sexta-feira. Por sorteio, Mendes foi escolhido o novo relator. No recurso, Aragão argumenta que, pelo Regimento Interno do TSE, quando houver vaga no tribunal, os processos devem ser redistribuídos a outro ministro da mesma classe, mais antigo.

18 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Decisão de deixar contas de Dilma com Gilmar Mendes é contestada

Ministério Público diz que processo deveria ser redistribuído

ANDRÉIA SADI
DE BRASÍLIA

O Ministério Público Eleitoral entrou com recurso nesta segunda (17) no Tribunal Superior Eleitoral contra a decisão do presidente da corte, Dias Toffoli, de redistribuir a prestação de contas da campanha de Dilma Rousseff para o ministro Gilmar Mendes.

O ministro Henrique Neves era o responsável pelo caso, mas seu mandato expirou na quinta-feira (13). O processo teve que ser redistribuído e caiu com Mendes. O pedido do Ministério Público questiona a relatoria de Mendes tanto nas contas de Dilma como nas contas da direção nacional do PT e do comitê financeiro para a presidente.

Após o pedido do Ministério Público, Gilmar Mendes despachou ontem mesmo no caso, assumindo a relatoria do processo. Ele solicitou à unidade técnica informações sobre as contas de campanha de Dilma e do comitê financeiro presidencial do PT.

O vice-procurador-geral eleitoral Eugênio Aragão cita o regimento interno do TSE para justificar a sua decisão de questionar a relatoria. O tribunal é formado por ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e de representantes da advocacia.

Segundo o artigo 16, em caso de vacância de uma cadeira de ministro, seus processos devem ser redistribuídos para outro da mesma "classe": no caso de Neves, os processos teriam de ir para alguém indicado na vaga da advocacia. Como Mendes integra o tribunal na vaga do STF,

ele não poderia ser o relator.

Aragão argumenta que, caso Neves venha a ser reconduzido, o caso teria dois relatores de classes diferentes.

A relatoria de Mendes preocupa o Planalto: o ministro é um dos mais críticos ao PT e a Dilma. Petistas já contam com a reprovação das contas. Assessores de Dilma disseram que não esperam "boa vontade" de Toffoli no caso. Indicado por Lula para o STF, o ministro tem uma relação desgastada com Dilma.

Mendes diz que não se manifestará. O TSE não respondeu até a conclusão desta edição.

18 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

TRF nega pedido de Eike para suspender processo criminal

Empresário deve participar hoje de 1ª audiência da ação penal sobre supostos crimes contra o mercado financeiro

Dono de petroleira nega ter se aproveitado de informações privilegiadas ao negociar ações da OGX

SAMANTHA LIMA
DO RIO

O TRF (Tribunal Regional Federal) do Rio negou nesta segunda-feira (17) o pedido de habeas corpus de Eike Batista para suspender a ação contra o empresário. Ele é aguardado nesta terça-feira (18) para a primeira audiência da ação penal da qual é réu, por supostos crimes contra o mercado financeiro.

Eike é acusado de “insider trading” (negociação com base em informação privilegiada), e manipulação de mercado. Ele nega. As penas previstas podem chegar a cinco e oito anos, respectivamente.

A ação tem como base a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal no Rio em setembro, segundo a qual o empresário teria vendido ações da petroleira OGX,

criada por ele, em dois períodos em 2013 antes da divulgação de notícias negativas.

O primeiro episódio teria ocorrido antes de a empresa dizer que as reservas mais promissoras não eram viáveis comercialmente de serem exploradas, em julho daquele ano. Em reportagem publicada em 2013, a *Folha* mostrou que a OGX tinha conhecimen-

to dos problemas muito antes de anunciá-los. O segundo caso teria sido antes de Eike decidir não injetar US\$ 1 bilhão na companhia —em dificuldades financeiras—, como prometera em 2012.

O advogado do empresário, Sérgio Bermudes, disse que apenas as testemunhas irão depor, mas que Eike “faz questão de estar lá”.

Livro afirma que erro em reservas já era conhecido

DO RIO

Um dos principais argumentos de defesa do empresário nas denúncias —de que os números apresentados ao mercado eram fornecidos por seu corpo técnico e baseados em dados técnicos, com aval de renomadas consultorias— é colocado sob suspeita em livro recém-lançado sobre a trajetória de

Eike (“Tudo ou nada”, de Malu Gaspar).

Segundo a publicação, o empresário foi alertado em 2011 pela Degolyer & MacNaghton, especializada em certificação de reservas, de que a empresa estava fazendo uma soma errada de estimativas de reservas para chegar ao total de 10,8 bilhões de reservas.

Os executivos teriam pedido que a informação fosse corrigida publicamente, o que não ocorreu, segundo o livro.

Bermudes disse não ter conhecimento do caso.

18 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Juiz que processou agente da Lei Seca tem vitória contra jornal

DO RIO - Depois de vencer em duas instâncias no processo contra a fiscal de trânsito Luciana Tamburini, a quem deu voz de prisão por ela ter dito que ele "não é Deus", o juiz João Carlos de Souza Correa obteve nova vitória na Justiça.

O jornal "O Globo" foi condenado pela juíza Lindalva Soares Silva, da 11ª Vara Cível do Rio, a pagar R\$ 18 mil ao juiz. O motivo é o uso da palavra "calote" em reportagem de 17 de fevereiro de 2011 relatan-

do que Correa dera voz de prisão a funcionários que foram à casa dele cortar o fornecimento de energia por falta de pagamento. O juiz pleiteava R\$ 100 mil de indenização.

O processo condena solidariamente o autor da reportagem, o jornalista Ronaldo Braga. Cabe recurso da decisão.

A assessoria do jornal foi contatada, mas não respondeu até a conclusão desta edição. O juiz também foi procurado, mas não ligou de volta.

MÔNICA BERGAMO

NO PRÓXIMO

A possibilidade de o STF (Supremo Tribunal Federal) voltar a discutir o veto ao financiamento de empresas a campanhas ainda neste ano é zero. O ministro Gilmar Mendes, que pediu vista do processo e adiou a conclusão da votação, só deve levar o assunto de volta ao plenário em 2015.

DEPOIS DE BARBOSA

Um abaixo-assinado virtual endereçado a Dilma Rousseff pede que a presidente "mantenha a diversidade étnica" no Supremo Tribunal Federal. A iniciativa, da ONG Educafro, clama pela indicação de "candidatas(os) negras(os) de notório saber". E sugere nove nomes. "Só entregamos para ela [Dilma]. Não vamos revelá-los à imprensa", diz o frei David Santos, presidente da entidade de combate ao racismo.

18 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

Doleiro está isolado dos demais presos em Curitiba

Alberto Youssef, delator do esquema de corrupção envolvendo a Petrobras, está sozinho em cela, mesmo com carceragem lotada

FLÁVIO FERREIRA

ENVIADO A CURITIBA

ADRIANA BRUM

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CURITIBA

O doleiro Alberto Youssef, acusado de comandar o esquema bilionário investigado pela Operação Lava Jato, está sendo mantido isolado dos outros presos, sozinho em uma cela, mesmo com a carceragem da Polícia Federal no Paraná superlotada.

O isolamento faz com que o delator do esquema de corrupção na Petrobras não tenha contato com pessoas denunciadas por ele, como o ex-diretor da estatal Renato Duque e executivos de grandes empreiteiras, levados a Curitiba depois de deflagrada a sétima fase da operação, batizada de "Juízo Final".

Apontado como operador de um esquema de lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões, Youssef está preso desde março.

Com medo de ser condenado a penas que podem passar de cem anos de prisão, ele decidiu, em setembro, fazer um acordo de delação premiada — prometeu contar tudo o que sabe sobre o esquema em troca de redução de sua pena.

COTIDIANO NA PRISÃO

A rotina dos detidos na carceragem da Polícia Federal na capital paranaense inclui a lavagem de suas roupas em tanques e banhos de sol no solário do prédio.

A cadeia tem seis celas com capacidade para 16 pessoas, mas no local estão 26 detidos. Além dos 23 suspeitos presos na sétima fase da Lava Jato, realizada na última sexta-feira (14), estão no local Youssef e outras duas pessoas acusadas de outros casos.

A solução foi deixar parte dos presos da Lava Jato em colchões no chão nos corredores de cada uma das alas do setor.

O almoço dos detidos na segunda-feira (17) foi arroz, feijão, nhoque e frango grelhado.

Quatro delegados da Polícia Federal ouviram ao menos 15 dos detidos até a tarde desta segunda-feira.

O diretor da Galvão Engenharia é um dos seis detidos em regime de prisão preventiva, que não tem limite de duração. Outros 17 presos estão sob prisão temporária, que tem prazo de cinco dias para expirar. Estes últimos devem ser soltos entre esta terça (18) e quarta-feira (19).

A operação Lava Jato investiga esquema de corrupção e lavagem de dinheiro que teria movimentado R\$ 10 bilhões.

Segundo os delatores, o esquema envolveria executivos de empreiteiras e políticos do PT, da base aliada do governo Dilma e do PSDB.

18 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

? ENCONTROU JESUS

Durante culto em igreja pentecostal na Itália, Henrique Pizzolato diz ter encontrado 'pequenos sinais'

da existência de Deus no presídio

GRACILIANO ROCHA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PARIS

Condenado no julgamento do mensalão, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato afirma ter "encontrado pequenos sinais da existência de Deus" na prisão e que Jesus atuou como seu "advogado" que impediu a sua extradição para o Brasil.

A alegado "liberdade com Jesus" foi tema de um testemunho de fé dado por Pizzolato na igreja pentecostal Fonte de Vida, na periferia da cidade italiana de Módena, no último domingo.

Falando em um púlpito montado diante de uma cruz luminosa, Pizzolato foi interrompido três vezes pelos aplausos de um grupo de cerca de setenta fiéis que assistiam ao ofício religioso.

"Um dia antes do julgamento, o pastor me mandou uma carta e me deu um livrinho. Sublinhei um trecho da carta que dizia que o senhor Jesus era meu advogado", contou Pizzolato em sua primeira aparição pública des-

de que a Corte de Apelação de Bolonha o libertou no último dia 28.

"Quando os juízes começaram a ler a decisão, senti qualquer coisa, e o meu advogado começou a tremer. E a gente se abraçou. Ele me disse: 'Você será livre'", disse.

Sobre os quase nove meses que ficou na penitenciária italiana, Pizzolato disse que viveu a experiência de ser "um dos últimos dos últimos" e comparou a prisão aos leprosários onde eram depositados doentes na Idade Média. Ele citou o episódio em que Saulo, o futuro apóstolo Paulo, foi convertido ao cristianismo após uma queda de cavalo no caminho que o levava a Damasco.

"Eu me vi no escuro, na dificuldade e na derrota, não tinha mais forças, e era como se me apertassem e asfixiassem. Procurava um meio de poder sobreviver e pedi a Jesus que me mandasse um sinal de qual era a sua vontade", lembrou.

O sinal de Jesus, segundo Pizzolato, foram os cultos ce-

lebrados pelo pastor Romolo Giovanardi, da Fonte da Vida, todas as quintas-feiras, na penitenciária de Módena.

"O pastor segurava a Bíblia e pôs a mão na minha cabeça. Naquele momento eu me senti mais leve, me sentia com um pouco mais de ar e de luz", disse no púlpito, enquanto alguns fiéis respondiam com "amém".

A igreja de Pizzolato na Itália não tem nenhuma relação com a denominação evangélica de mesmo nome que opera no Brasil.

O petista mencionou também Steve Jobs, o fundador da Apple, para exemplificar como os milagres de Deus precisam de tempo para serem compreendidos.

CONTINUA

18 NOV 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ele citou o episódio em que Jobs, após abandonar a universidade, fez um curso de caligrafia e design que mais tarde seriam importantes para o desenvolvimento de softwares.

“Deus deu a ele a oportunidade de aprender, e ele levou vinte anos para compreender isso. Hoje eu não sei qual é a vontade de Deus, mas o que eu quero é não falhar no Seu projeto (...). Deus me deu uma oportunidade ao me mandar para um lugar difícil”, disse sobre sua conversão religiosa na prisão.

Livre na Itália, Pizzolato disse que, como aposentado do Banco do Brasil, poderá se dedicar a alguma atividade voluntária na igreja.

“Se tivesse a oportunidade de viver de novo, não mudaria nada na minha vida. Nem a passagem pelo presídio, pela alegria e os amigos que conheci lá. Espero dedicar o que me resta de vida a poder ajudar os outros”, encerrou, sob aplausos dos presentes.

O Ministério Público italiano impetrou ontem na Corte de Cassação (a instância mais alta do Judiciário da Itália) um recurso para tentar obter a extradição do petista para o Brasil.

Decisão que liberou Pizzolato é alvo de recurso

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O Ministério Público italiano interpôs recurso nesta segunda (17) contra a decisão do tribunal de apelação de Bolonha que negou, em 10 de outubro, a extradição de Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil.

No recurso à Corte de Cassação, o procurador-geral substituto Alberto Candi pede a reforma da decisão, em apoio à posição do governo brasileiro.

Nesta terça (18), o governo brasileiro deverá entrar com recurso, via Advocacia Geral da União.

Condenado a 12 anos e 7 meses de prisão por corrupção, peculato e lavagem de dinheiro na ação do mensalão, Pizzolato deixou a prisão em outubro.

A corte de Bolonha negou a extradição dele com base no “risco do preso receber tratamento degradante no sistema prisional brasileiro”. Para a procuradoria italiana, a decisão se baseou em juízo “genérico e insuficiente”.

O Ministério Público italiano pede a anulação da decisão e a revogação de medida cautelar que liberou Pizzolato com base no “fortíssimo e concreto” risco de fuga do ex-diretor.

Em outubro, Eduardo Pelella, chefe de gabinete do procurador-geral da República, disse que a corte ignorou a garantia de que Pizzolato ficaria numa ala segura do presídio da Papuda (DF) ou em presídios de Santa Catarina.

A Procuradoria brasileira forneceu informações atualizadas sobre o presídio da Papuda. O Brasil afirma que Pizzolato poderia cumprir a pena em condições adequadas.

FOLHA DE S. PAULO

HELIO SCHWARTSMAN

O dilema dos prisioneiros

SÃO PAULO - Para a presidente Dilma Rousseff, o escândalo da Petrobras mudará o Brasil para sempre. Ele vai acabar com a impunidade, completa a mandatária. Será?

Já acompanhei escândalos em número suficiente para reservar-me o direito de ser cético: impeachment de Collor, anões do Orçamento, Sivam, compra de votos para a emenda da reeleição, Banestado, dossiê Cayman, as obras do Fórum Trabalhista de São Paulo, caso Celso Daniel, os mensalões tucano e petista, sanguessugas, operação Navalha, Renangate, caso Daniel Dantas, para citar apenas alguns dos mais graúdos.

Seria decerto um exagero afirmar que nenhum deles teve consequências, mas parece lícito concluir que mesmo aqueles que resultaram em punições exemplares ficaram muito aquém de representar uma mudança de paradigma. Basta dizer que o mensalão não impediu o petrolão, muito pelo contrário.

Desta vez, porém, há uma mudança importante que, se nos permitirmos algum otimismo, poderá dar razão parcial a Dilma. Polícia, Ministério Público e Judiciário estão dando um tratamento matemático às investigações, o que torna sua atividade mais científica e menos intuitiva.

Ao oferecer a todos os investigados a possibilidade de redução de pena por delação premiada, as autoridades recorrem à teoria dos jogos para alterar a lógica que sempre pautou os atores. A posição mais vantajosa para cada acusado, considerando as escolhas dos outros envolvidos (equilíbrio de Nash), passa a ser falar tudo o que sabe. Isso permite não só avançar mais nas investigações como também instruir melhor o processo. Sem a delação premiada, a posição de equilíbrio era ficar calado e contar com a incapacidade da polícia de coletar provas suficientes para a condenação.

Se a teoria dos jogos veio para ficar, podemos esperar, não o fim da impunidade, mas pelo menos um "upgrade" nas nossas instituições.

18 NOV 2014

18 NOV 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

Dante Mendonça

Os 40 ladrões no juízo final

A história sempre foi reescrita pelos vencedores. Pelos vencedores, pelos donos do poder ou pelo estamento - para usar uma palavra muito usada na ditadura, quando o jurista Raymundo Faoro se referia ao estamento burocrático que, quando bem aparelhado, mandava e desmandava no resto.

O que nunca se supunha na história do Brasil é que alguém viveria para testemunhar com os próprios olhos a prisão dos intocáveis da república: os maganos das empreiteiras que sempre deram sustentação às falcatruas dos poderosos de ocasião.

Tendo em vista a tsunami que devastou as plataformas de propinas da Petrobrás, mais uma vez a história de Ali Babá e os 40 ladrões precisa ser revista. Como são tantas as versões deste conto, uma a mais não fará nenhuma diferença no livro das Mil e Uma Noites da Corrupção no Brasil.

No País das Maravilhas, cuja capital era a Cidade Maravilhosa, havia dois primos, chamados Youssef e Ali Babá. Youssef prosperou com uma lavanderia enquanto Ali Babá sobrevivia como empregado (sem carteira assinada) do "brimo". Certa vez, quando Ali Babá foi entregar um smoking na sede da Petrobrás, viu que todas as portas da poderosa estatal se abriam para uma quadrilha de 40 ladrões, mediante uma senha: "Abre-te,

Petrobrás!".

Inclusive as portas da diretoria, que para sair eram acionadas com a contrassenha: "Fecha-te, Petrobrás!". Quando os 40 ladrões foram embora, Ali Babá entrou na sala da presidência e descobriu o mapa da mina de um tesouro sem fim. Com as burras cheias de euros e dólares, após se descartar das ações da companhia que não valiam muita coisa, Ali Babá voltou para casa rindo à toa. Com os bolsos cheios e a consciência leve, tudo corria bem quando Youssef descobriu de onde vinha a súbita riqueza do parente:

- Ou você me conta o segredo da falcatrua ou eu abro o bico para a Polícia Federal!

Ali Babá, desfrutável como todo novo rico, entregou o segredo e Youssef lavou a égua em plena sala da presidência da Petrobrás. A pilhagem seria perfeita, não fosse Youssef esquecer a senha ao sair. Foi quando os 40 ladrões entraram subitamente na sala da presidência e surpreenderam Youssef com a mão na botija.

- O que é que você está fazendo aqui? - perguntaram.

- Ora, estou fazendo aqui o que vocês estão fazendo desde o tempo de Getúlio Vargas, quando foi fundada a Petrobrás!

Ao reconhecer que o intruso sabia demais, os 40 ladrões convidaram Youssef para entrar na quadrilha:

- Nós administramos o serviço sujo e você cuida da lavanderia!

Youssef aceitou com uma condição:

- O que faremos com Ali Babá?

- Seu primo já levou o suficiente. Mesmo assim, vamos bancar a campanha de Ali Babá para senador. Com um nome desses, já está eleito!

- E quanto às propinas para o esquema de proteção?

- Não há o que temer! - tranquilizou o mais velho dos 40 ladrões - No País das Maravilhas é assim mesmo: ladrão que segue exemplo de ladrão tem cem anos de perdão! Além do foro privilegiado!

Youssef coçou a cabeça. Deu três voltas peripatéticas ao redor da caverna e apontou o dedo para os 40 ladrões:

- Com toda essa soberba, vocês ainda vão parar na cadeia. Alguém aqui conhece o juiz federal Sérgio Moro?

- Ora, ora: até uma simples agente de trânsito sabe que juiz não é Deus!

- O doutor Moro não é o Todo Poderoso, mas acreditem: o juízo final está próximo!



Dante Mendonça é jornalista, cartunista, escritor e pintor. Membro da Academia Paranaense de Letras.
dante@tribunadoparana.com.br

18 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

STJ manda devolver R\$ 100 mil a governador

 O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o ressarcimento no valor de R\$ 100 mil pago como fiança pelo governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, à Polícia Federal, ao ser preso por porte ilegal de arma de fogo, no dia 20 de maio. Uma pistola calibre 380 foi encontrada no apartamento do governador, no momento em que agentes federais cumpriam mandados de busca e apreensão decorrentes da operação.

Silval Barbosa esteve

na Superintendência da Polícia Federal, em Cuiabá, e só foi liberado após o pagamento da fiança. O ato de prisão em flagrante foi considerado nulo pelo ministro Jorge Mussi. O magistrado, no entanto, não determinou a devolução da arma, que estava com a documentação vencida, ao governador. ●

STJ nega liberdade a diretores da OAS

 O desembargador Newton Trisotto, convocado para atuar como ministro interino do Superior Tribunal de Justiça (STJ), rejeitou os pedidos de liberdade de cinco presos pela nova etapa da Operação Lava Jato, todos eles executivos e funcionários da construtora OAS. As solicitações de habeas corpus haviam sido protocoladas no domingo.

Os cinco suspeitos de envolvimento no esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propina já haviam tido o mesmo pedido de soltura negado no sábado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que abrange os estados da Região Sul. A operação policial está concentrada na Justiça Federal do Paraná. A defesa poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar o habeas corpus. ■

JORNAL DO ÔNIBUS

LUIZ CARLOS DA ROCHA 18 NOV 2014

Juiz acaba com conceito de "corrupção é pública"

Os episódios do Mensalão e o escândalo das negociatas na Petrobras, o começo do segundo emendando com o fim do primeiro, estimulam estultices que são popularmente faladas pelos cotovelos ao longo de toda a história do Brasil moderno: "o brasileiro é corrupto", "é o povo do jeitinho" "a corrupção é o grande problema e isso é cultural, pois somos mesmo assim", "o Estado é corrupto e o empresário sério, trabalhador e pagador de impostos".

Impressiona que essas bobagens sejam repetidas ao vento sem que nenhum estudo sério lhes dê amparo científico.

As instituições funcionaram, a lei foi cumprida e os réus do Mensalão foram condenados e estão cumprindo suas penas, e já há vários presos no caso da Petrobras e nenhum um único registro de que tenha havida algum tipo de ação ou alguma iniciativa de alguma autoridade no sentido de impedir ou dificultar a atividade da Polícia Federal nas investigações, da liberdade com que tem agido o Ministério Público e a independência das decisões Judiciário.

Mas as mesmas bobagens sobre a corrupção no Brasil continuam tendo o trânsito do senso comum.

No caso da Petrobras, rompe-se uma das bobagens que se repete pelos cotovelos desde sempre: o público é corrupto e o privado virtuoso. Os únicos presos até agora no caso da Petrobras são ilustres representantes da nossa iniciativa privada, séria, trabalhadora e pagadora de impostos. Era uma lenda em que o público era corrupto, mas, como se fosse possível, sem corruptor. Sérgio Moro desfez a lenda e colocou sob a luz do sol o privado corrupto.

Sobre a estupidez que é retratada no senso comum de que o brasileiro é o cara do jeitinho corrupto, costume sempre invocar a obra de Jessé Souza, onde isso é desfeito num sopro de boa inteligência, ao referir que há "uma crença fetichista no progresso econômico, que faz esperar da expansão do mercado a resolução de todos os nossos problemas sociais. O fato de o Brasil ter sido o país de maior crescimento econômico do globo entre 1930 e 1980 (período no qual deixou de ser uma das mais pobres sociedades do globo para chegar a ser a oitava economia global), sem que as taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania jamais fossem alteradas radicalmente, deveria ser um indicativo mais do que evidente do engano dessa pressuposição" (Ralé Brasileira, Ed. UFMG).

Se o Brasil foi o país de maior crescimento no mundo entre 1930 e 1980 e no mesmo período foi capaz de fazer surgir uma das maiores massas de excluídos da face da terra, desfaz-se a mentira de que o grande problema do Brasil é a corrupção. O nosso grande problema é o modelo de desenvolvimento, que concentra renda, enriquece poucos, e aprofunda as desigualdades. É isso que fundamentalmente tem que ser corrigido no Brasil. A corrupção é um problema que tem que ser corrigido, e, finalmente, parece que as instituições (Judiciário, Ministério Público e Polícia) estão cumprindo esse mister, mas nem de longe é a causa fundamental dos nossos males.

É preciso evitar o reducionismo no enfrentamento da questão da corrupção, mas não há como não reconhecer a existência de um esforço monumental para invisibilizar os nossos graves problemas sociais, os nossos problemas de classes, de preconceito e a nossa miséria endêmica, e o tema da corrupção tem força bastante para isso. Enquanto falamos dele, esquecemos o resto. É como um ópio que precisamos usar compulsivamente para esconder a dor social. É aí também que está o DNA do sucesso de Carlos Lacerda, Jânio Quadros e Fernando Collor. É um círculo vicioso: o discurso anti-corrupção, por ser moralista, dá certo eleitoralmente mas sempre resulta em um nada!

Sobre o jeitinho brasileiro, recomendo a leitura de Jessé: "O Brasil recém-independente – afinal é a independência que torna urgente a construção de uma identidade nacional própria como questão de sobrevivência

imediate tanto simbólica quanto material – era um país de dimensões continentais e sem grande comunicação entre as suas diversas regiões (...) O país se torna autônomo em 1822 e que, portanto, vê-se subitamente confrontado com a questão de elaborar uma identidade para si – quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? – sofria de extraordinário complexo de inferioridade, especialmente em relação à Europa, ideal e sonho inatingível de toda a elite culta (...) Durante todo o século 19 e até a década de 1920, o paradoxo da identidade nacional brasileira vai ser materializado, precisamente, com base na impossibilidade, num contexto histórico em que o racismo possui 'prestígio científico' internacional, de se construir uma 'imagem positiva' para um 'povo de mestiços'. O mestiço, o mulato no nosso caso, vai ser, muitas vezes, percebido como uma degeneração das raças puras que o compõem, sendo formado pelo que há de pior tanto no branco quanto no negro (...) Apenas a partir desse pano de fundo é que podemos compreender a extraordinária influência e importância da 'virada culturalista' levada a cabo por Gilberto Freyre com a publicação do Casa-grande e Senzala em 1933 (...) Sua tese é a de que o Brasil como parte do horizonte cultural lusitano, realiza aqui, com uma intensidade sem igual no mundo, as virtualidades da 'plasticidade' cultural do português (...) a mistura étnica e cultural do brasileiro, ao invés de ser um fator de vergonha, deveria, ao contrário, ser percebida como motivo de orgulho: a partir dela é que poderíamos nos pensar como o povo do encontro cultural por excelência, da unidade na diversidade, desenvolvendo uma sociedade única no mundo precisamente por sua capacidade de articular e unir contrários (...) A negação dos conflitos de toda a espécie passa a ser percebida como atributo 'positivo', agora, 'articulado', explicitado e desenvolvido como ideia e não, como antes, uma 'prática' inconfessável. Está criado o nosso DNA simbólico, o DNA simbólico do Brasil moderno, um conjunto de ideias que legitimam práticas sociais e institucionais de toda espécie que se destinam, em última instância, a retirar qualquer legitimidade do diferente e da diferença, do crítico e da crítica. A metáfora do DNA biológica, apesar de perigosa pela impossibilidade de mudança, o que não acontece na vida social, é importante para mostrar que sociedades que não se criticam, como a brasileira, efetivamente 'naturalizam', como no caso do DNA genético individual, sua vida social (...) O corolário do nosso mito da cordialidade é a aversão a toda forma de explicitação de conflito e crítica" (RALÉ BRASILEIRA, QUEM É E COMO VIVE, disponível no Site da UFMG, gratuitamente).

A partir de Getúlio Vargas esse trator ideológico, em uma sociedade de pouca leitura sobre si, ganhou força monumental, e vem impedindo o Brasil de olhar para si mesmo e ver como realmente é. A pretexto de produzir a figura de um "brasileiro cordial", esse discurso invisibiliza todo e qualquer conflito social e a nossa absurda miséria social. Gera uma cegueira endêmica.

O discurso da corrupção contribui magistralmente para isso por ser capaz de atrair toda a nossa emocionalidade e, assim, invisibilizar o problema fundamental que se traduz na concentração brutal de renda que é a verdadeira responsável por, dia após dia, gerar mais e mais exclusão e miséria.

O Brasil já tem maturidade suficiente para olhar para os seus conflitos sociais sem temer, pois as instituições democráticas mostraram que funcionam no Mensalão e agora no escândalo da Petrobras com a prisão de parte da fina flor da nossa elite empresarial, os empreiteiros.

Sérgio Moro já mandou para a lata do lixo o senso comum de que o privado é virtuoso e o público corrupto.

*Advogado Luiz Carlos da Rocha

18 NOV 2014

BEMPARANÁ

Segredo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia fez ontem uma sessão extraordinária e secreta para avaliar pedido do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para abrir processo contra o governador Beto Richa (PSDB). O pedido decorre de denúncia feita pelo Ministério Público Federal em 2009 sobre suposto desvio de finalidade na aplicação de R\$ 100 mil do Fundo Nacional de Saúde. A denúncia abrange o período de 2006 a 2008, quando Beto Richa era prefeito de Curitiba. O processo foi encaminhado ao STJ porque Beto Richa foi eleito governador em 2010 e tem direito a foro privilegiado.

Vistas

A sessão da CCJ foi realizada a portas fechadas, a pedido do deputado Pedro Lupion (DEM), justificando que a ação tramita em segredo de Justiça. O líder do governo, deputado Ademar Traiano (PSDB), apresentou parecer contra a autorização, alegando que Richa não seria o ordenador da despesa e, portanto, não poderia ser responsabilizado. O líder do PT, deputado Tadeu Veneri, pediu vistas do parecer, que deve retornar à pauta da comissão hoje.

18 NOV 2014

BEMPARANÁ

STJ nega liberdade a presidente da OAS

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou ontem, cinco pedidos de habeas corpus para dar liberdade a presos na sétima fase da Operação Lava Jato. Essa nova fase foi deflagrada na sexta-feira (14) e batizada de Juízo Final. As negativas do STJ envolvem nomes ligados à OAS: José Ricardo Nogueira Breghirolli e Agenor Franklin Magalhães Medeiros, que estão sob prisão preventiva; José Aldemário Pinheiro Filho, Mateus Coutinho de Sá Oliveira e Alexandre Portela Barbosa - que cumprem prisão temporária. Pinheiro Filho é o presidente da OAS.

Nesta fase da Operação Lava Jato, a Polícia Federal prendeu 23 pessoas, principalmente dirigentes e funcionários de grandes empreiteiras. Os executivos são suspeitos de participar de um esquema de desvios de recursos em contratos firmados com a Petrobras. Também foi preso o ex-diretor de Serviços da petroleira Renato Duque. Ao todo, foram nove as empresas que foram alvo das mais recentes investigações: Camargo Corrêa, OAS, Odebrecht, UTC, Queiroz Galvão, Engevix, Mendes Júnior, Galvão Engenharia e Iesa Óleo e Gás.

Os advogados de 11 executivos entraram na Justiça Federal com pedidos de soltura dos presos alegando falta de argumentos para manutenção de prisões temporárias, que duram cinco dias, e preventivas, quando o acusado responde preso ao processo.

No domingo, o STJ já havia rejeitado dois pedidos de soltura. Com as decisões de hoje, portanto, já são sete as negativas do Superior Tribunal de Justiça quanto à concessão de liberdade para presos na fase "Juízo Final" da Lava Jato.

A desembargadora Maria de Fátima Freitas Laberrère, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, já havia negado 11 pedidos de soltura de executivos das maiores construtoras do País, presos em Curitiba. Em sua decisão, Maria de Fátima relatou que uma das empreiteiras tentou subornar testemunhas do processo. Ela também alegou riscos de destruição de provas para manter os suspeitos da investigação na prisão.

18 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Técnico-administrativo tem salário maior do que o do reitor da USP

Remunerações mostram distorções; maior vencimento, de R\$ 60 mil, é de professor aposentado da Psicologia

Barbara Ferreira Santos
Luiz Fernando Toledo

A divulgação dos salários de todos os funcionários da Universidade de São Paulo (USP), ontem, no site da Transparência da Universidade mostrou que um técnico em assuntos administrativos ganha mais do que o reitor: R\$ 30,3 mil – o salário do reitor é de R\$ 28,9 mil por mês. Uma bibliotecária chega a ganhar R\$ 24 mil.

A remuneração mensal mais alta da USP alcança o valor de R\$ 60 mil, do professor aposentado Arrigo Leonardo Angelini, de 90 anos, do Instituto de Psicologia. Salários que estejam

Servidor ameaça nova paralisação

Os servidores técnico-administrativos da USP prometem fazer uma paralisação no dia 26, às 9h30, na frente do prédio da reitoria da USP. Segundo o sindicato da categoria, a manifestação acontecerá porque a reitoria não marcou uma reunião final de negociação com os funcionários após o retorno da greve, que durou 116 dias. O sindicato também protesta contra a não contratação de funcionários – nem mesmo para reposição. A USP não se manifestou. / B.F.S.

acima do teto do Estado – R\$ 20,6 mil mensais – deverão ser cortados pela universidade por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A informação so-

bre os salários foi divulgada porque o jornal *Folha de S. Paulo* ganhou uma ação na Justiça que obriga a USP a fornecer os dados.

Para a especialista em educação Ilona Becskéházy, a divulgação dessas remunerações mostra que há distorções entre os salários da universidade e o mercado. “A gente tem de saber quais são os critérios para atribuir salários na USP, porque todo mundo paga essa conta.”

Para o professor José Renato Araújo, do curso de Gestão Pública da USP, as distorções mostram que a universidade precisa se “modernizar administrativamente”. “Vai ter de reorganizar salários, não dá para uma secretária ganhar mais do que o reitor, por mais competente que seja.”

Para Chico Miraglia, da Associação de Docentes da USP, o resultado prático da divulgação é de mais transparência. Para a diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP, Solange Conceição Velloso, o salário dos servidores não tem relação com a crise da universidade. “O problema é da má administração.”

Procurada, a reitoria não se manifestou.

18 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

MP convoca comissão da USP sobre estupros

Segundo promotora, faculdade terá de exibir o resultado de sindicâncias e indicar ações

*Fabiana Cambricóli
Luiz Fernando Toledo*

O Ministério Público Estadual (MPE) agendou para amanhã o depoimento de representantes da comissão da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) que investiga denúncias de violência na unidade. Na semana passada, duas alunas revelaram em audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) terem sido estupradas em festas da universidade.

Inquérito do MPE iniciado há dois meses apura oito casos de abuso ocorridos na faculdade. No documento, as vítimas afirmam que “não houve suporte” da diretoria da faculdade, que teria deixado de dar prosseguimento a procedimentos administrativos de apuração.

De acordo com Paula Figueiredo, promotora de Justiça dos Direitos Humanos e responsável pelo inquérito, os representantes da comissão terão de apresentar os resultados da investigação sobre os abusos ocorridos no câmpus e o que planejam fazer para evitar que estu-

pros e outros casos de violência voltem a acontecer no local. “Queremos ouvir propostas razoáveis de mecanismos que busquem coibir esses atos”, diz.

O professor Milton Martins deverá ser o representante da comissão a prestar os esclarecimentos ao MPE. O Estado apurou que ele é o mais cotado para assumir a presidência do comitê, depois da saída do professor Paulo Saldiva, na semana passada, após os relatos de abuso virem a público.

Ao anunciar seu desligamento, Saldiva criticou a postura dos próprios docentes frente às denúncias de violência na faculdade. Procurado ontem, Martins disse que ainda não foi definido o nome do substituto de Saldiva.

A promotora disse ainda que, após os relatos de estupro terem sido divulgados pela imprensa, outras duas estudantes procuraram a promotoria para denunciar abusos. “Uma delas é da própria FMUSP e a outra é da unidade de Ribeirão Preto e relata preconceito e discriminação, mas ainda precisamos ouvir formalmente essas jovens para saber do que se trata.”

18 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Ministério Público

da Itália pede volta de Pizzolato para prisão

Pedido faz parte de recurso contra decisão da Corte de Bolonha de negar extradição do condenado no mensalão

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / VIENA

O Ministério Público da Itália pediu a volta do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato à prisão alegando que existe “risco de fuga” permanente por conta do seu histórico. O pedido de prisão faz parte do recurso apresentado ontem pela promotoria italiana, que tenta reverter a decisão da Corte de Bolonha de negar a extradição do brasileiro, condenado por envolvimento no mensalão. Hoje, o Brasil também deve apresentar seu recurso à Justiça italiana.

No recurso, o MP italiano pede a revogação da decisão da Corte de Bolonha de deixar Pizzolato livre e quer que, até o final do processo em última instância em Roma, ele permaneça na prisão. Existiria, para o MP, o “risco fortíssimo e concreto de fuga” por seu histórico.

O MP italiano também alegou que os juízes não poderiam generalizar a situação das prisões brasileiras e insistiu que outros condenados no caso do mensalão foram colocados no Complexo da Papuda, em Brasília, – local onde Pizzolato deve cumprir sua pena no Brasil – sem riscos para suas vidas. Para a procuradoria, a conclusão do

Tribunal é “genérica e certamente insuficiente”.

O MP ainda aponta que não existem provas de que os homicídios na Papuda ocorreram nos locais para onde Pizzolato seria mandado, um dos argumentos apresentados pelos advogados do brasileiro e aceito pelos juízes de Bolonha.

Fuga e prisão. O ex-diretor do Banco do Brasil foi condenado a 12 anos e 7 meses de prisão no processo do mensalão. Em outubro de 2013, ele fugiu para a Itália com um passaporte falso de um irmão morto há mais de 30 anos. Em fevereiro deste ano, Pizzolato acabou sendo descoberto na casa de um sobrinho na cidade de Maranello, no norte da Itália, e levado para a prisão de Modena.

O Brasil pediu sua extradição e o Ministério Público Italiano saiu em defesa do argumento brasileiro. No início de novembro, no entanto, o Tribunal de Bolonha rejeitou o pedido e liberou Pizzolato. Na ocasião, o governo brasileiro afirmou que iria recorrer da decisão.

A corte afirmou que o Brasil não deu garantias de que o Complexo da Papuda teria condições de assegurar a proteção de Pizzolato e confirmou que tomou a decisão de não extraditá-lo baseada apenas nesse argumento. A corte rejeitou a contestação da defesa do brasileiro de que o processo do mensalão foi “político” e que ele não teve o direito de se defender.

A promotoria da Itália rebateu a argumentação e indicou que não se pode generalizar as

situações das prisões do Brasil. O órgão lembrou que outros condenados no caso do mensalão tiveram sua segurança garantida ao cumprir pena na Papuda.

Até a conclusão desta edição, a defesa de Pizzolato não se pronunciou sobre a manifestação da promotoria.

Falsidade ideológica. Na semana retrasada, o Ministério Público Federal em Lages (SC) denunciou o ex-diretor do BB à Justiça Federal por falsidade ideológica ao ter fraudado o documento de seu irmão, falecido em 1978. Na denúncia, que aguarda decisão judicial, o MPF pediu “imediatamente” a prisão preventiva de Pizzolato na Itália por meio do tratado de cooperação judiciária que o Brasil mantém com o país.

O ex-diretor é acusado de ter praticado o crime de falsidade ideológica sete vezes e ainda ter utilizado estes documentos ao menos 12 vezes em Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. Com os documentos falsos, Pizzolato obteve o passaporte italiano que lhe permitiu fugir do Brasil.

18 NOV 2014

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Recesso?

As férias dos advogados paulistas podem ser mais curtas do que o previsto. A corregedoria do CNJ não gostou do fato de o TJ-SP ter estendido a data de recesso nos fóruns de 6 para 18 de janeiro.

O caso vai a julgamento hoje no conselho.